

17º CONGRESSO ANUAL DO SINPEEM

“DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ATUAL”

TEXTO REFERÊNCIA 2006

Disponível no site (www.sinpeem.com.br) a partir de 25 de agosto

Por solicitação de participantes dos congressos realizados em anos anteriores, a Diretoria do SINPEEM elaborou um texto referência sobre o qual poderão ser apresentadas emendas. Com isso, pretende-se estimular os debates nas unidades escolares sobre o tema proposto para este evento, quando serão discutidas questões sobre política geral, condições de trabalho, salário, política educacional, organização do ensino e funcionamento das unidades da rede.

O texto referência, juntamente com todas as emendas apresentadas pelos associados, constituirão um novo caderno, que será distribuído aos delegados eleitos, para debates e deliberações no 17º Congresso do SINPEEM.

As emendas podem ser **aditivas**, mantendo o texto e o completando com idéias ou opiniões; **modificativas**, fazendo alguma alteração no texto; ou **supressivas**, retirando parte do texto sem colocar nada no seu lugar.

As emendas devem conter a indicação do título ou subtítulo e do parágrafo ao qual se referem. Devem ter a assinatura e o número do RF de, no mínimo, 20 associados e conter, no máximo, no seu conjunto, 2.200 caracteres (com espaço).

Vale lembrar que as emendas são de total responsabilidade de seus proponentes, não serão revisadas e devem ser entregues, pessoalmente, em disquetes ou CDs **até às 18h do dia 25 de setembro**, impreterivelmente, no Departamento de Imprensa do sindicato.

UM BOM TRABALHO A TODOS!

A DIRETORIA



SINPEEM

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1 – Após dez anos da desintegração da antiga URSS, os Estados Unidos sofreram o primeiro ataque em seu próprio território. O presidente George W. Bush passou a governar ignorando as organizações internacionais, particularmente a Organização das Nações Unidas (ONU), com a visão de que os EUA venceram a Guerra Fria e necessitavam colher os frutos. A idéia dos liberais republicanos de apoiar as suas lideranças nas organizações multilaterais, tal como vinham fazendo os democratas foram completamente abandonadas, dando visão unilateral que contrariou até os aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

2 – Bush, cercado de assessores de linha-dura e ligados a obscuros lobistas armamentistas, começou a impor sua verdadeira vocação militarista. Inúmeros conflitos mundiais foram sendo agregados dentro de sua agenda, exacerbando toda a sua violência, principalmente na região do Oriente Médio, sua principal vítima.

3 – Os efeitos da globalização colocaram o liberalismo diante de um impasse. No lugar da paz, seguem anos de confrontos sangrentos. Infundáveis guerras separatistas, conflitos civis e padrões de violência de um novo arquétipo. A globalização, ainda que tenha lançado bases para um virtual crescimento, gerou desemprego estrutural, recessão, retração da produção industrial na maioria dos países, queda dos padrões de vida e concentração de renda.

4 – A democracia liberal que foi adotada na maioria esmagadora dos países apresenta-se com maior grau despolitização em todo o século. Uma democracia só é real quando a maioria dos cidadãos crê nas instituições e nos processos políticos. Com os descréditos na política, nos quais não há o voto obrigatório, as abstenções e o desprezo pela política partidária batem recordes históricos. Está posta a contradição entre a liberdade de escolha e a exclusão de autopoder de decisão política.

5 – A ausência e a fragilização do emprego produziram uma nova violenta exclusão social. Milhões de pessoas no mundo simplesmente não têm mais lugar dentro da economia capitalista. Isso traz consequências graves no tocante ao desaparecimento do mercado, quando produz reações desesperadas e perigosas por parte dos alijados do processo produtivo, tal instabilidade nos produz uma espécie de apartheid globalizado.

6 – Nas grandes cidades a vida pós-moderna, mesmo diante da concentração da população nas áreas urbanas, cria cada vez mais isolamentos sociais em bairros e condomínios protegidos, enquanto os países desenvolvidos se fecham aos imigrantes vindos da periferia, o que gera uma inquietude diante dessa população excedente absoluta. Assim, hoje, a exclusão de grandes contingentes humanos não apenas está gerando instabilidade social, como também criando impasses para economia.

7 – A revolução científico-tecnológica, longe de se realizar como modernidade, está produzindo uma situação conflitiva, sobretudo com sua tendência de aceleração progressiva das transformações em curso, as quais tem colocado em xeque as estruturas sociais existentes.

8 – Uma nova ordem mundial no contexto da globalização nos conduz a uma nova luta.

9 – DEFENDEMOS:

A – criação de empregos através da redução de jornada de trabalho;

B – manutenção dos direitos sociais existentes e a criação de novos, diante da modernidade;

C – luta contra o neoliberalismo, porque consiste numa opção equivocada, mesmo pela ótica do capitalismo, além de historicamente suicida, o que tem conduzido a humanidade pelo caminho da violência incontrolada e diante de uma estagnação e recessão sem precedente;

D – defesa da soberania dos povos;

E – autodeterminação dos povos;

F – o estado palestino soberano e independente;

G – o fim do bloqueio econômico dos Estados Unidos a Cuba e ao Iraque;

H – luta contra a restrição à democracia e à liberdade dos povos;

I – que o governo brasileiro suspenda sua participação intervencionista no Haiti, com retorno das tropas brasileiras;

J – fim da ingerência dos Estados Unidos e das outras potências nos assuntos dos demais países;

K – combate a qualquer forma de totalitarismo.

CONJUNTURA NACIONAL

10 – É na política macroeconômica em que se localiza a maior continuidade do governo Lula em relação ao governo FHC. Baseada em três pilares – metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário nas contas

públicas –, tem inibido o crescimento econômico e garantido, principalmente aos bancos, os maiores lucros da história do país.

11 – A falta de ousadia, para alguns, ou o abandono de um projeto estratégico, antes defendido pela esquerda do nosso país, denunciado por outros, vem resultando em conseqüências negativas no plano político e econômico.

12 – No plano político, o governo se distanciou das bases sociais que elegeram Lula, causando desesperança, desilusão e sentimento de traição. Os escândalos, oferecidos pela relação de compadrio e promiscuidade política e administrativa entre o Executivo e parlamentares de sua base de apoio, resultaram na prática do “mensalão”, dos sanguessugas, quebra de sigilo do jardineiro que denunciou o ministro envolvido em crime administrativo e mais um sem fim de denúncias e crimes.

13 – Aliado ao método escolhido pelo governo, para adquirir a chamada governabilidade, angariando apoio da maioria parlamentar conservadora, para aprovar reformas contra os interesses e direitos dos trabalhadores públicos e privados como a reforma da Previdência, por exemplo, o governo manteve os fundamentos da política neoliberal.

14 – Das empresas estratégicas privatizadas de forma irresponsável pelo governo FHC, nada se diz em instalar auditorias e retomada de seus controles para o Estado. A política de superávit primário, defendida com veemência pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, pelo ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e pelo atual ministro, Guido Mantega, a mando do Fundo Monetário Internacional (FMI), permanece intocável, com graves conseqüências para os investimentos e desenvolvimento do país.

15 – As conseqüências da continuidade da política econômica de FHC são visíveis e negativas.

16 – Durante 80 anos – de 1900 a 1980 –, o Brasil foi o país que mais cresceu no planeta, com taxas de 5%, com picos de mais de 10% em, pelo menos, seis anos neste período analisado. Entretanto, nos últimos 20 anos, deixou de crescer de forma sustentável.

17 – Em 1992, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil era de US\$ 390 bilhões e chegou a US\$ 500 bilhões. No mesmo período, o PIB da China saltou de US\$ 280 bilhões para US\$ 1,4 trilhão. Em 2005, com o crescimento econômico e a revisão da metodologia de cálculo do setor de serviços, a economia chinesa deu um salto no PIB, o que transformou o país na quarta economia mundial. Já o Brasil, passou da oitava para a 14ª posição.

18 – Como conseqüência desta política econômica, o povo está mais pobre e o desemprego é grande: o Brasil não é o país mais pobre, porque perdemos o primeiro lugar para o africano Serra Leoa. Os bancos batem recordes de lucros fáceis. É esta fundamentação sistêmica que explica a espiral de violência crescente no campo e nos centros urbanos, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, municípios assolados pelas disputas pelo controle do tráfico de drogas e de armas.

19 – A austeridade aplicada sobre o povo, com cortes sistemáticos no investimento social, o contingenciamento das verbas públicas, somados aos crescentes recursos destinados ao pagamento do sistema de dívidas interna e externa e a relação parasitária e predatória do empresariado nacional e internacional com o estado brasileiro, continuam no governo lula.

20 – O aumento de impostos tornou-se política permanente de governo, necessário para pagar juros da dívida, já paga várias vezes com o suor e o sacrifício dos brasileiros.

21 – Há também uma crise política que atinge o governo, seus aliados e expõe a esquerda como um todo. Perdeu o PT a bandeira da ética como patrimônio exclusivo. Com esta perda também se foram muitas esperanças de mudanças estruturais e de comportamento dos políticos e das instituições. Cresceu a base da desconfiança e do ceticismo.

22 – O povo brasileiro deve lutar pela ruptura do sistema capitalista. Devemos, num primeiro momento, exigir a ruptura do atual modelo econômico e a implementação de medidas radicais de combate ao desemprego, a concentração de renda e espoliação da riqueza nacional.

23 – DEFENDEMOS:

A – baixar as taxas de juros reais (Selic) para os mesmos níveis praticados por outros países, como a Venezuela e a Argentina (2,5% ao ano);

B – controlar as taxas de juros cobradas pelos bancos, que chegam a mais de 100% ao ano, como também as taxas de serviços;

- C** – mudar a atual política de superavit primário no orçamento da União, que destina vultosos recursos públicos para pagamento de juros e amortização da dívida externa;
- D** – dobrar o valor do salário mínimo, visando distribuir renda.
- E** – recuperar o controle do banco central e sobre a política monetária;
- F** – impedir a autonomia do Banco Central;
- G** – não assinar o acordo da Alca;
- H** – não aceitar as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) que afetam a economia brasileira e os interesses do povo;
- I** – mudar as atuais regras de reajuste das tarifas de serviços públicos (energia elétrica, água, telefone e transporte); revisar e reduzir as atuais;
- J** – paralisar imediatamente as rodadas dos leilões de exploração das áreas de petróleo (áreas azuis);
- K** – mudar a Lei nº 9.478/97 e garantir a nacionalização do petróleo, com exclusividade da exploração pela Petrobras;
- L** – adotar uma política que defenda a economia nacional, combatendo a remessa de dólares para o exterior, em forma de transferências, superfaturamento das transnacionais, lucros, royalties e biopirataria;
- M** – garantir uma ampla reforma agrária, sem indenização do latifúndio improdutivo especulativo;
- N** – política de geração de emprego e distribuição de renda;
- O** – aplicação dos recursos públicos exclusivamente no ensino público gratuito, em todos os níveis e modalidades.

CONJUNTURA MUNICIPAL

24 – Eleito José Serra prefeito da cidade de São Paulo e passados 18 meses, dos quais Gilberto Kassab responde pela administração desde 1º de abril de 2006, evidencia-se para todos que, apesar da troca de partidos no Executivo municipal, os projetos de gestão são semelhantes.

25 – Tanto a agenda tucana como a anterior, petista, disputam um mesmo projeto: a cessão de recursos públicos para a iniciativa privada, claramente neoliberal, e de desregulamentação do público estatal em favorecimento das organizações não-governamentais (ONGs), organizações sociais (OSs) e entidades particulares e que sucateiam os bens de todos.

26 – A política aplicada na cidade é restritiva de direitos em todas as áreas e se configura na redução das despesas com pessoal, parcerias através de contratos de gestão, terceirizações de serviços, aumentando a insegurança da população e degradação das suas condições de vida, visto que os serviços públicos, dos quais a população mais pobre é a principal usuária, estão precarizados ou inoperantes.

27 – Além dessas políticas de graves conseqüências para a população, os servidores foram brutalmente penalizados, em 2005, quando José Serra regulamentou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 41, do presidente Lula, criando com a fixação da contribuição previdenciária de 11%, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de São Paulo, após intensa luta do SINPEEM na Câmara Municipal tentando barrar o projeto.

28 – Além disso, Serra entregou à Secretaria Municipal de Educação (SME) o projeto político pessoal do então secretário da pasta, José Aristodemo Pinnotti: o “São Paulo é uma escola”, um misto de assistencialismo, com precarização profissional, milhões de reais repassados às ONGs e associações tidas como filantrópicas. Derrotado pela greve dos educadores, de 17 dias, o projeto de lei que o instituía foi retirado da Câmara.

29 – Entretanto, permanecem as políticas pedagógicas da SME, centradas no conceito ultrapassado de homogeneização das dificuldades de aprendizagem e no direcionamento autoritário com as “cartilhas” para o Ciclo I e, já em curso, também para o Ciclo II.

30 – O financiamento da educação através de parcerias, a ameaça das organizações sociais se estenderem à educação; a adequação do estatuto da Associação de Pais e Mestres (APMs), a equiparando à condição de associação que pode firmar parcerias e convênios; a assunção da demanda escolar total, em claro processo de submissão à política de municipalização da educação; a proposta de redução dos turnos de funcionamento das escolas, sem a necessária construção de novas unidades escolares, que evitem superlotação de salas e desemprego dos profissionais de educação; a adoção de mecanismos de avaliação para concessão de gratificações; a contratação de empresas terceirizadas para manutenção, conservação, limpeza e vigilância, assim como a continuação da política de terceirização da cozinha, em detrimento da realização de concurso para o quadro de apoio; e a ausência de uma política que recupere e valorize os salários dos servidores têm muito em comum com o que é feito pelos tucanos na Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

31 – DEFENDEMOS:

- A** – a continuidade da luta contra a privatização e terceirização dos serviços públicos;
- B** – alteração da Lei Orgânica do Município (LOM) para restabelecer o percentual mínimo de 30% para manutenção e desenvolvimento do ensino;
- C** – a não-inclusão de gastos com programas assistenciais como sendo orçamento da educação;
- D** – o não-pagamento da dívida pública municipal, convertendo este dinheiro em saúde e educação;
- E** – devolução dos valores não-aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino;
- F** – alteração da lei salarial, com ampliação do percentual para despesas com pessoal;
- G** – aplicação de todos os direitos funcionais previstos em lei;
- H** – pagamento dos precatórios alimentícios atrasados.

32 – ENCAMINHAMENTO:

- 33** – Organizar lutas unitárias do funcionalismo em defesa de seus direitos e dos serviços públicos.

PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO MUNICIPAL

34 – Após um ano e dez meses de governo, inicialmente com José Serra e agora com Gilberto Kassab, PSDB/PFL, não há uma proposta política para a cidade de São Paulo. Como em outras administrações, a educação é o palco para as pirotecnias e projetos de visualização de aventureiros. Esta é a situação do “Programa São Paulo é uma escola”, da Secretaria Municipal de Educação, apresentado pelo governo municipal.

35 – Sua principal política social se ancorou na farsa de tentar garantir a permanência por tempo integral do aluno na escola, desenvolvendo atividades educacionais, esportivas e culturais. Entretanto, desde a sua idealização pelo ex-secretário de Educação, José Aristodemo Pinotti (um médico), desconsiderou as condições reais das unidades escolares: escolas com quatro períodos de funcionamento, salas superlotadas, intervalo de apenas 15 minutos entre um e outro período, transporte escolar deficitário, apenas uma quadra esportiva (geralmente descoberta) em cada unidade escolar; merenda insuficiente, desrespeito à opção das famílias, tornando a educação física obrigatória fora do horário regular do aluno; desconsideração e desconhecimento do fluxo de alunos transitando na escola no contraturno, aumento da carga de trabalho burocrático para as escolas que passariam a gerenciar ONGs e oficinas e perda de gestão de espaços da escola como a cozinha terceirizada.

36 – Tamanho desserviço prestado à educação pública de São Paulo, praticado por José Aristodemo Pinotti e sua equipe esteve calçado na farta distribuição dos recursos públicos, especialmente os 6% da educação inclusiva, à iniciativa privada via organizações não-governamentais (ONGs), mediante assinatura de convênios e parcerias. Crianças, adolescentes e jovens de São Paulo ranqueados entre os últimos do país em exame nacional sobre leitura, escrita e rudimentos da matemática, passaram a receber fundamentos para aulas de tênis, um esporte sabidamente elitizado.

37 – Em outra frente, aprofundando a política assistencialista da gestão anterior, o governo Serra/Kassab transformou as unidades escolares em um verdadeiro bazar. No início do ano letivo (fevereiro e março de 2006), os educadores conviveram com um espetáculo dantesco, no qual num dia chegava o leite de dezembro de 2005, no outro a metade dos uniformes de verão, no outro uma parte das camisetas e, posteriormente, também chegaria o material escolar para ser entregue aos alunos. Não houve um dia sequer que as unidades escolares tivessem tranquilidade para alfabetizar, construir conhecimento e promover a cultura entre as crianças.

38 – Incentivada pela SME e pelo governo mediante publicidade, a população recorreu às escolas em busca do seu quinhão legal, visto que ainda receberiam tênis, meias e o leite do respectivo mês.

39 – Nunca nos posicionamos contra políticas compensatórias que atenuassem a miséria das massas, mas sempre discordamos que fossem feitas com redução das verbas de MDE e mais, que a escola e seus profissionais sejam o espaço físico e os recursos humanos para tal distribuição.

40 – Tal política assistencialista, no caso da cidade de São Paulo, vem sendo executada com os 5% reduzidos por Marta Suplicy, em prejuízo da qualidade da educação em sala de aula. Por isso, amargamos índices altíssimos de falta. Nossos alunos do ensino fundamental II têm sérias dificuldades com o cálculo e interpretação de textos, assim como não conseguem escrever um bilhete concatenando idéias e informações, ao final do Ciclo II. Contribuem para esta situação as salas superlotadas, a descontinuidade das propostas pedagógicas, a precariedade de planos de formação continuada (e sua inexistência) por parte do poder público, formação inicial aligeiradas no ensino superior, salários iniciais aviltantes e reajustes salariais pífios nos últimos 16 anos, desconsiderando as experiências das unidades escolares, o cotidiano das famílias e o acúmulo de cargos dos professores. Ainda para dar consistência ao programa “São Paulo é uma escola”, a SME impõe a retirada das

aulas das salas de leitura e informática educativa do horário regular do aluno e o obriga a vir no contraturno. A rede municipal vinha construindo dentro do horário dos alunos projetos de qualidade que foram abruptamente interrompidos.

41 – A partir de toda essa calamidade, a SME e o então secretário da José Aristodemo Pinotti, sem consulta aos educadores e às suas entidades sindicais, iniciou em meados de 2005 sua proposta pedagógica, passando a viabilizá-la em sala de aula, em fevereiro de 2006. Essa proposta responsabiliza e hierarquiza os especialistas, que passam a ser “reprodutores ou transmissores” na unidade escolar, da linha pedagógica apresentada pela SME. Os especialistas, doravante, fazem parte do “TRIO GESTOR” e devem “aplicar” o modelo.

42 – Dentro dessa política da SME, dois projetos vêm sendo implantados: o programa intensivo do 4º ano do Ciclo I (PIC) e o “Toda força ao fundamental I”, que pretendem resolver as questões de melhoria da leitura e da escrita no 1º ano do Ciclo I, assim como concentrar numa mesma turma os reprovados ao final do Ciclo I. Como se não bastasse o anacronismo da concepção pedagógica de concentrar todos com dificuldades com uma educadora numa mesma turma, uma homogeneização que causaria mais prejuízos no processo de aprendizagem desses alunos, a proposta ainda inclui padronização via material do aluno e do professor do conteúdo curricular, da metodologia e das rotinas de sala de aula com corte nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

43 – Reconhecendo implicitamente que a solução para a melhoria no processo ensino/aprendizagem, especialmente nos primeiros passos do aluno, para consolidar suas experiências, no que tange a saber ler, escrever e dominar os fundamentos para poder calcular, passa obrigatoriamente pela redução do número de alunos por sala, a SME propõe, sem nenhum compromisso com a formação, a qualificação em serviço ou a remuneração condigna, a contratação de estagiários, via convênio com as faculdades de educação.

44 – DEFENDEMOS:

- A** – retorno das salas de leitura e de informática educativa para o horário regular do aluno;
- B** – fim do projeto PIC/TOF, por representar um retrocesso na concepção de aprendizagem e na construção do conhecimento;
- C** – projetos de recuperação paralela, com pontuação especial para evolução funcional dos educadores que a realizarem;
- D** – autonomia da unidade escolar para construir sua proposta político-pedagógica em todos os anos;
- E** – redução do número de alunos em todos os anos, para viabilizar a alfabetização e a construção do conhecimento;
- F** – que as políticas inclusivas, seus produtos e serviços sejam executados com recursos distintos aos da manutenção e desenvolvimento do ensino e locados fora das unidades educacionais;
- G** – não aos estagiários como alfabetizadores ou docentes;
- H** – autonomia da escola para definir seus projetos especiais, tais como pré e pós-aula.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ATUAL

45 – Nos últimos congressos aprovamos a nossa concepção de educação, que tem como princípio a defesa da educação pública gratuita, laica e de qualidade social.

46 – Com base neste norte, apresentamos para este congresso os desafios que consideramos fundamentais e que devem ser vencidos para que tenhamos, de fato, escola e educação pública de qualidade. A escola como um espaço privilegiado para a construção do conhecimento, do desenvolvimento de competências do estímulo à participação, na defesa e luta por uma sociedade justa e igualitária.

47 – Hoje, vários segmentos da sociedade afirmam que o desenvolvimento econômico e social depende diretamente de mais investimentos em educação. Todos são unânimes em dizer, também, que é necessário investir na qualidade da educação e não apenas em quantidade e que, para isso, é vital uma formação profissional adequada, condições de trabalho voltadas ao real atendimento das necessidades educacionais e da valorização dos educadores com aumento salarial, formação permanente, carreira e garantia dos seus direitos.

48 – Apesar de todo esse discurso, que atinge até mesmo a mídia, nada acontece de concreto para que possamos afirmar que em breve teremos uma mudança radical da atual realidade. Todos os segmentos tem tido ações e inclusive investimentos para melhorar a educação no país. O que temos de avaliar é que estas ações, além de ser muitas vezes isoladas, atingem interesses de grupos ou as diferentes formas de organização da sociedade.

49 – Existem os que defendem que a educação deve ser tratada como comércio e, portanto, o seu “produto” deve ter um custo para quem a utiliza, ou isenção de impostos para os que investem nas suas fundações e ONGs.

50 – Vale salientar que também recebem vultuosas quantias do governo. Há os que acreditam que ela é um produto importante para a sociedade e que todos que a ela se dedicam devem receber por produtividade, independentemente da condição de trabalho que tenham. Outros defendem que a educação básica deve ser federalizada, pois a nação deve ser a única responsável pela educação do país. Os municípios e Estados executariam sua política e emprego da verba, não existindo independência e autonomia.

51 – Há também os que defendem que a educação, para ser atrativa à população de baixa renda, deve suprir as carências materiais das famílias e de seus alunos utilizando, para isso, programas assistencialistas.

52 – Nós, que defendemos a escola pública, não podemos concordar com nenhuma dessas formas de desenvolvimento da educação, posto que todas elas visam o fim da educação pública, da carreira e a dominação do poder econômico.

53 – Precisamos estar atentos a essas armadilhas, que muitas vezes nos são apresentadas como a melhor solução para os problemas da educação no nosso país, mas são soluções para o capital e perpetuação do neoliberalismo.

54 – Este discurso nacional, ao mesmo tempo em que traz à tona o problema da educação, não faz a avaliação da qualidade das escolas particulares. Deixa subentendido que quem paga tem recebido melhor educação, o que não corresponde totalmente à realidade.

55 – O último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) demonstrou que alunos de escolas públicas e particulares tiveram desempenho semelhante. Não se trata de darmos as mãos às instituições particulares, mas de constatarmos que não é só a educação pública que vai mal, mas sim a educação do país.

56 – Porque então toda a sociedade faz o seu discurso somente desqualificando o ensino público? Muitos banqueiros, industriais, empresários, economistas e jornalistas de renome hoje se consideram especialistas em educação. Publicam e dão entrevistas sobre suas convicções do que é melhor para a educação, cada um ao seu modo procura ocultar o fato de que eles também têm responsabilidades sobre a situação calamitosa, pois ela sempre foi implementada de forma a satisfazer os interesses desta elite.

57 – Quando os industriais precisaram de mão-de-obra, o poder público ofereceu à população o ensino técnico; quando precisaram de dinheiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), investiu-se na abertura de vagas, depois na alfabetização e depois na promoção. Eram essas as exigências do FMI.

58 – Quando o mercado precisou de formação superior deu incentivo à proliferação de faculdades, portanto, agora, como aconteceu em outros países, para haver crescimento da economia é importante que a educação tenha qualidade. Os detentores do capital neste país afirmam estar perdendo dinheiro pela desqualificação dos profissionais que estão recebendo, fazendo o discurso de preocupados com a formação educacional do brasileiro.

59 – Fato é que nós, educadores, temos servido consciente e ou inconscientemente à elite deste país. Alfabetizamos quando era para alfabetizar, reprovamos quando era para reprovar, e se até agora não desenvolvemos a qualidade é porque o sistema não nos permitiu. Devemos estar alertas a estes discursos, às pesquisas e dados apresentados. Temos condições de oferecer educação de qualidade sim, mas que seja a que queremos e não a que é imposta pelo poder econômico e pelo autoritarismo neoliberal.

60 – DEFENDEMOS:

- A** – educação pública gratuita, laica e de qualidade para todos;
- B** – devolução do papel e das verdadeiras competências da escola e de seus profissionais;
- C** – dotação e adequação dos percentuais da educação estatal de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico do mundo contemporâneo;
- D** – o desenvolvimento profissional dos trabalhadores de educação, mediante formação adequada, progressão na carreira, valorização salarial, capacitação e atualização permanente.

ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

61 – A educação no município de São Paulo tem sofrido há décadas com a falta de uma política de educação voltada às reais necessidades da sua população.

62 – Os últimos governos têm cometido uma sucessão de erros. A nossa postura tem se pautado nos interesses da educação como um todo. Nesse sentido temos feito enfrentamentos contundentes contras as políticas dos últimos governos. Os resultados desastrosos destas políticas têm demonstrado que estamos com avaliação e encaminhamentos corretos.

63 – No governo da ex-prefeita Marta Suplicy, quando nos colocamos contrários às políticas compensatórias e à prioridade na construção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) como aparelhos de educação, fomos criticados por muitos que diziam que estávamos atrasados, não entendendo que se faz educação envolvendo tudo que a sociedade oferece. Que o assistencialismo era necessário para conquistarmos uma educação de qualidade, fomos taxados de corporativistas e sectários.

64 – Neste governo, nosso enfrentamento foi com o programa “São Paulo é uma escola”. Novamente fomos acusados, com o agravante de vermos a nossa profissão ser substituída por oficineiros e a ameaça da entrada das organizações não-governamentais nas escolas. Nas duas ocasiões provamos que o nosso posicionamento estava e está correto.

65 – Infelizmente, após muita luta e o trágico desempenho de São Paulo na Prova Brasil, ficou comprovado que as atitudes dos governos tem contribuído para o desmonte das escolas, piora nas condições de trabalho e que as suas políticas não têm contribuído em nada para uma educação de qualidade.

66 – Temos muita luta pela frente para conquistarmos educação de qualidade, mas a nossa determinação e convicção nos nossos ideais nos farão vencer esta guerra.

67 – DEFENDEMOS:

- A** – definição de diretrizes e metas a serem alcançadas pelo sistema municipal de ensino da cidade;
- B** – não às terceirizações;
- C** – fim dos repasses dos recursos da educação para outras secretarias;
- D** – aumento das verbas para educação;
- E** – verbas da educação realmente aplicadas no desenvolvimento do ensino;
- F** – Plano Municipal de Educação, elaborado pela sociedade;
- G** – não-aplicação de verbas da educação em ONGs;
- H** – educação pública de qualidade sob a responsabilidade do poder público.

EDUCAÇÃO BÁSICA

EDUCAÇÃO INFANTIL

68 – Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1996, já entendia que a faixa etária até os seis anos de idade é a primeira etapa da educação da criança. Por isso, deveria ser oferecida em creches ou entidades equivalentes até os três anos e em pré-escolas dos quatro aos seis anos de idade.

69 – Hoje, para a adequação do ensino de nove anos, a LDB foi alterada através da Lei nº 11.114/05 e, com isso, se diminuiu a oferta da educação infantil. Ocorre que, até hoje, muitos entendem a educação infantil do zero aos três anos como uma etapa em que as crianças necessitam apenas de cuidados e afeto. Em consequência disso, a formação dos profissionais não tinha o merecido tratamento.

70 – Atualmente, temos muitos avanços mas, quem trabalha principalmente nos Centros de Educação Infantil (CEIs) sofrem de grande preconceito e enfrenta dificuldades para o desenvolvimento do seu trabalho.

71 – Exatamente porque, num passado recente, muitos educadores, inclusive ligados ao antigo sistema de creches, defenderam que dos zero aos três anos a criança necessitava de cuidados físicos e precisava manter vínculo com uma só professora. Como resultado, professores de desenvolvimento infantil (PDIs) não têm férias nem horário pedagógico.

72 – Apesar desse quadro, tivemos muitos avanços na qualidade da educação, graças ao empenho dos profissionais e de cursos oferecidos pelo SINPEEM.

73 – A situação dos profissionais das Emeis é melhor no que tange à formação, condições de trabalho e horários pedagógicos, mas vivemos a realidade do terceiro estágio, etapa fundamental para a criança, saindo da educação infantil e passando para o ensino fundamental. Essa realidade requer que façamos uma análise detalhada.

74 – DEFENDEMOS:

A – manutenção dos atuais estágios na educação infantil;

B – redução do número de alunos por sala de aula, obedecendo à seguinte distribuição:

Criança/idade	número de educadores	criança por sala
0 a 11 meses	1	7
1 ano a 1 ano e 11 meses	1	9
2 anos a 2 anos e 11 meses	1	12
3 anos a 3 anos e 11 meses	1	18
4 anos a 4 anos e 11 meses	1	20
5 anos a 5 anos e 11 meses	1	25
Ensino fundamental	1	30
Ensino médio	1	35
Ensino de jovens e adultos	1	35
Emee 1ª a 4ª série	1	6 a 8
Emee 5ª a 8ª série	1	8 a 10

C – construção de mais unidades de educação infantil;

D – recesso em julho e férias em janeiro para os profissionais de CEIs,

E – garantia do cumprimento das horas/atividades para ADIs/PDIs;

F – 15 minutos de intervalos também nos CEIs;

G – dispensa do ponto para cursos de aperfeiçoamento;

H – atendimento igualitário às reivindicações por material, pessoal de apoio e cursos de aperfeiçoamento;

I – garantia de direitos e condições para o desenvolvimento do trabalho com qualidade;

J – integração do quadro de apoio dos CEIs ao quadro dos profissionais de educação;

K – fim do rodízio de classes;

L – melhores condições de trabalho e formação permanente para os profissionais de educação infantil.

ENSINO FUNDAMENTAL

75 – A decisão do governo federal de ampliar a duração do ensino fundamental para nove anos pode até ser benéfica para alguns municípios do Brasil, porém, para a cidade de São Paulo é um problema e não uma solução. Problema para a educação infantil que é reconhecida como de grande qualidade.

76 – Essa mudança, além de provocar perda para a criança, deste espaço de formação totalmente organizado para ela, implicará também em perda de mercado de trabalho para os profissionais de educação infantil.

77 – É também, problema para o ensino fundamental, que não tem estrutura nem espaço adequado para receber essas crianças pequenas, sem falar da formação dos profissionais para atender essa clientela. É uma adequação e transição muito séria e delicada, que devemos tratar com cautela. Dessa forma, consideramos prematura a sua implantação em 2007.

78 – A nossa avaliação, ao longo dos anos, tem demonstrado que a educação básica vem, ano a ano, passando por um processo de descaso por parte dos governos. Os investimentos em manutenção e desenvolvimento do ensino têm se reduzido e, até mesmo, desviados. O resultado da avaliação nacional, que a tantos surpreendeu, a nós não causou espanto, pois não podia ser outro para um município que tem usado a educação como instrumento de políticas das mais diversas, menos para educação de qualidade.

79 – Cabe a nós, neste congresso, traçarmos as diretrizes necessárias e lutarmos por financiamentos para devolvermos a São Paulo a educação que julgamos adequada. A política educacional desta cidade deve ser traçada por seus educadores comprometidos e conhecedores das necessidades e da realidade de todas as escolas e não por agentes governamentais nem por governantes que trabalham com informações e dados contaminados por interesses partidários e, muitas vezes, pessoais.

80 – DEFENDEMOS:

A – implementação efetiva do ensino fundamental em ciclos, considerando o processo de reconstrução do conhecimento pelo educando;

B – redução do número de alunos por sala de aula;

C – manutenção das salas de leitura e informática educativa e das aulas de educação física dentro do horário regular do aluno;

D – garantia do acesso à educação para toda a população, respeitadas as faixas etárias e as necessidades especiais dos educandos.

ENSINO EM CICLOS

81 – Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), facultou-se aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos. Ainda é admitida a organização em séries anuais, períodos semestrais, ciclos de alternância regular, períodos de estudos; grupos não-seriados, com base na idade, na competência e outros critérios; ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

82 – Na rede municipal, o ciclo foi adotado em 1992. Na ocasião, defendemos sua adoção por considerar que essa forma de organização evita rupturas ou fragmentação do percurso escolar; assegura a continuidade do processo educativo e permite a adoção do processo pedagógico aos diferentes ritmos de aprendizagem.

83 – O sucesso desta forma de organização, no entanto, depende muito da criação de condições para que toda a equipe escolar possa se envolver com os objetivos estabelecidos ano a ano em cada ciclo e com relação entre os ciclos.

84 – Mais do que uma simples ruptura da cultura de organização do ensino em séries, depende, para não ficar reduzida somente a um mecanismo de aprovação automática, de novos procedimentos na organização de todo o trabalho escolar. Está relacionado com o projeto pedagógico da escola, com as jornadas de trabalho, com a formação dos profissionais e com a definição curricular e a articulação dos conteúdos programáticos.

85 – Como essas condições não foram criadas, cresce o número de pessoas que resiste aos ciclos, por acreditar que a qualidade do ensino tende a continuar se deteriorando. Muitos dizem que até mesmo o professor está perdendo seu prestígio e importância junto aos alunos, pois eles têm a certeza da aprovação, independentemente da aprendizagem. Argumentos que não podem ser ignorados.

86 – Em se tratando da organização do ensino, não existem fórmulas prontas nem princípios irremovíveis. A organização ideal é aquela que oferece melhor resultado de acordo com as finalidades da educação.

87 – DEFENDEMOS:

- A** – a organização do ensino em ciclos, como a forma mais democrática de organização do ensino municipal;
- B** – amplo processo de avaliação dos ciclos da rede municipal nestes 11 anos e aprofundamento do debate sobre os eixos norteadores da estrutura e funcionamento dos ciclos;
- C** – adaptação da estrutura de todas as escolas à organização do ensino em ciclos;
- D** – formação continuada, a ser realizada pela Diretoria de Orientação Técnica (DOT), para todos os profissionais de educação envolvidos com o ensino fundamental, visando a superação de dificuldades existentes com essa forma de organização e a compreensão de como atuar nos ciclos;
- E** – estabelecer como princípio a qualidade social da educação, priorizando as relações humanas, sustentáveis e solidárias;
- F** – efetivar um trabalho político e pedagógico sistemático que favoreça a real implantação dos ciclos;
- G** – ensino fundamental em ciclos e com reorganização curricular;
- H** – manutenção do laboratório de informática e adequação do número de computadores e professores orientadores de Informática educativa (Poies) em proporção ao número de alunos, salas e turmas das unidades escolares;
- I** – reuniões e seminários, considerados como dias letivos, com os pais, alunos e profissionais de educação, para debater a proposta do ensino fundamental em ciclos;
- J** – acompanhamento individualizado dos alunos, principalmente dos que apresentam dificuldades de aprendizagem;
- K** – não às classes de aceleração e defesa de estudos complementares para o maior desenvolvimento dos alunos com atraso escolar;
- L** – avaliação contínua e diagnóstica, acompanhada das condições necessárias para executar atividades que permitam aos alunos superar as dificuldades;
- M** – organização do ensino em ciclos, sem promoção automática e com direito à recuperação paralela;
- N** – expansão das Salas de Apoio Pedagógico (SAPs) e Salas de Apoio Pedagógico aos Portadores de Necessidades Especiais (Sapnes) de acordo com as necessidades das escolas;
- O** – criação de laboratório com módulos de alunos, composto por educadores para cada ciclo eleitos pelo Conselho de Escola, em número proporcional ao de salas existentes na unidade escolar;
- P** – na estruturação dos ciclos, tomar como ponto de referência o desenvolvimento do aluno e não a organização dos conteúdos;
- Q** – defesa do princípio de progressão do aluno em contraposição às idéias de promoção automática ou de promoção/retenção;
- R** – liberdade de organização de turmas com números de alunos determinados pelas conveniências pedagógicas de cada unidade escolar;

- S** – extinguir do ensino municipal material discriminatório ou que reproduza estereótipos sobre o papel da mulher, negros e indígenas;
- T** – promover debate sobre a mudança curricular, organização do ensino em ciclos, sem promoção automática e com direito à recuperação paralela;
- U** – garantir a representatividade pluriétnica da sociedade no currículo escolar;
- V** – elaboração de planejamentos por ciclos de acordo com a necessidade de aprendizagem dos alunos e não mais os planejamentos por série;
- X** – redefinir o módulo de professores por unidade escolar, para assegurar a execução dos trabalhos de apoio e reforço de aprendizagem;
- Y** – introduzir no regimento a obrigatoriedade das atividades extraclasses com duração e formas subordinadas apenas às necessidades pedagógicas;
- Z1** – exigir da SME que a autonomia das escolas seja sustentada pela existência de relações democráticas entre as unidades escolares e os órgãos centrais;
 - que a SME efetue um estudo para avaliar os problemas que possam dificultar a real implantação dos ciclos e, a partir desse estudo, aprofunde o debate com o objetivo de superar os problemas encontrados;
- Z2** – registro permanente do processo educativo e do processo de ensino/aprendizagem e avaliação coletiva e global no final de cada ciclo;
 - a avaliação do aluno considerando todos os aspectos do seu desenvolvimento: conhecimento, socialização, formação de valores e habilidades cognitivas;
 - a avaliação como um instrumento para identificar as necessidades da escola para superar as desigualdades nas condições de aprendizagem e não como identificador do fracasso do aluno;
- Z3** – ampla campanha em defesa dos ciclos de aprendizagem, com esclarecimento que garanta sua compreensão e verdadeira aplicabilidade.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

88 – A luta do povo brasileiro para garantir condições mínimas de sobrevivência, especialmente trabalho, remuneração digna, acesso à educação, aos bens culturais, assim como saúde, moradia e terra, remonta às nossas origens, desde a colonização.

89 – É nesse marco de lutas que se insere o século XX, no qual o Brasil teve crescimento econômico vigoroso, chegando a estar entre as oito maiores economias do mundo e amargando índices vergonhosos de analfabetismo, com milhões de crianças, jovens e adultos fora da escola por inexistência de políticas públicas estatais universalizantes de escolarização.

90 – Também no decorrer do século XX, todas as constituições federais, exceto a da ditadura militar, reservaram percentuais mínimos das receitas de impostos para ser gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino. É a vinculação ou verba carimbada da educação.

91 – Mesmo assim, especialmente com a constituição federal de 1988, obrigando todos os Estados (25%), os Municípios (25%) e a União (18%) a investirem no ensino fundamental obrigatório de oito anos e na erradicação do analfabetismo, o grau de escolaridade do povo assemelha-se a países como o Haiti.

92 – Apesar de a Constituição Federal de 1988 e mesmo e de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) estabelecerem quais os níveis de ensino e quais as modalidades de educação são de responsabilidade de qual dos sistemas de ensino estadual, municipal ou federal e definir claramente os recursos financeiros disponíveis para a manutenção e desenvolvimento do ensino verifica-se no país, independentemente de época, governos ou partidos políticos no poder, um solene crime de usurpação das verbas da educação, com conivência dos poderes da República.

93 – Os mais variados ardis são usados pelos governos para não aplicarem recursos na melhoria das condições de aprendizagem, planos de carreira para os educadores ou salários a altura da tarefa de educar.

94 – Na cidade de São Paulo, o SINPEEM, desde a sua fundação, tem desempenhado papel principal na luta pela ampliação de recursos públicos para a educação. Foi assim na confecção da Lei Orgânica do Município (LOM) de 1989, no governo de Luiza Erundina, quando a articulação com o movimento social garantiu incluir na LOM o mínimo de 30% para manutenção e desenvolvimento do ensino. Entre 1989 e 1992, esse percentual garantiu à população de São Paulo, aos alunos e aos educadores avanços configurados em melhores salários e conseqüentemente melhorias no processo de ensino/aprendizagem nas unidades escolares.

95 – No período crítico dos governos dos ex-prefeitos Paulo Maluf e de Celso Pitta, nunca os percentuais mínimos garantidos pela Lei Orgânica foram aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino. E foi nesse período que se evidenciou a nefasta prática dos governantes de incluir os gastos com aposentados como despesa

em educação. Novamente, o SINPEEM denunciou à sociedade e à categoria o descumprimento da lei por meio de campanhas e manifestações, como o Concerto em Defesa da Educação, realizado no Parque do Ibirapuera.

96 – A partir de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, com a Emenda Constitucional nº 14 todo o ensino fundamental do país passou a ser financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), constituído por recursos constitucionalmente obrigatórios para a aplicação no ensino fundamental de cada um dos Estados e dos Municípios, com complementação da União. Caso o Estado ou o Município não tenha seu sistema de ensino organizado ou não tenha alunos matriculados no ensino fundamental "perde" para o fundo os 25% dos recursos que deveria investir do primeiro ao oitavo ano.

97 – Esse mecanismo induziu, de maneira formal, à municipalização forçada do ensino fundamental, especialmente no Estado de São Paulo, cujos municípios receberam de "presente" milhares de alunos, para não perderem parte significativa de seus impostos.

98 – De outro modo, com o não-atendimento pela rede estadual da demanda, a partir do Fundef também foi induzida a municipalização. É o que acontece com a cidade de São Paulo, que recebe recursos suplementares do Fundef a maior do que deposita no fundo e, nem por isso, após nove anos, houve melhorias significativas na qualidade social da educação oferecida aos paulistanos.

99 – A situação crítica de descalabro na educação da cidade sofreu na gestão Marta Suplicy outro golpe quando a ex-prefeita petista reduziu os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino de 30% para 25%, mantendo o pagamento dos aposentados com os recursos da educação e também criando com os 5% reduzidos e mais um acrescido uma fabulosa rede de assistência social na pasta da Educação, chamada de política inclusiva, desvirtuando a função precípua da educação, de construir e reconstruir conhecimentos e cultura. Afirmamos e lutamos contra essas políticas e dizemos categoricamente: redução foi e é uma traição.

100 – Da mesma forma, a administração municipal Serra/Kassab continuou a política petista aprofundando-a ao criar o programa "São Paulo é uma escola", desregulamentando a profissão ao contratar ONGs, oficineiros e estagiários, sobrecarregando a unidade escolar, que passou a ser o centro do assistencialismo municipal.

101 – No governo Lula, toda a lógica do Fundef se repetiu: manutenção da Desvinculação das Receitas da União (DRU) – 40% dos 18% da União ficam à disposição do governo para investir onde e como quiser –, permanência dos vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação (PNE), que destinava 7% do PIB como gasto mínimo nacional em educação, custo aluno nacional mísero e sem revisão anual; a educação fora do fundo, assim como os alunos do EJA presencial; inoperância e falta de estrutura material e de recursos humanos para a fiscalização feita pelos Conselhos do Fundef.

102 – O novo fundo, ou seja, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb) foi aprovado com modificações pelo Senado e, por isso, deverá ser votado novamente pela Câmara dos Deputados. Pelo texto aprovado, cria-se no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, com duração de 14 anos, um fundo contábil destinado a financiar a educação básica e valorizar seus profissionais, com 20% da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Transmissão de Bens e Direitos Causa-mortis (ITDC), dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinados à exportação; da transferência da União aos estados e municípios, resultante da compensação pela desoneração de ICMS (Lei Kandir) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (IPTR).

103 – Os recursos de cada fundo serão destinados às redes estadual e municipal, na proporção de suas matrículas, nas várias etapas e modalidades de educação básica, respeitados os âmbitos de atuação prioritária, segundo o artigo 211 da Constituição (os municípios atuam prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, os Estados atuam no ensino médio e supletivamente no ensino fundamental e a União deve atuar supletivamente no ensino fundamental).

104 – A União complementarará as receitas dos fundos cujo valor médio por aluno não atingir um valor mínimo definido nacionalmente. Para tanto, não poderá usar da receita do salário-educação e dos recursos oriundos dos impostos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino; poderá contar com até 30% de sua receita.

105 – Uma proporção não inferior a 60% de cada fundo se destinará à remuneração dos profissionais do magistério.

106 – A lei que regulamentará o Fundeb disporá sobre a organização dos fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e ponderações entre os valores por aluno, segundo as etapas e modalidades de ensino e tipos de estabelecimento; a fiscalização e controle dos fundos, o valor mínimo por aluno a ser garantido pela União e o piso salarial profissional.

107 – Vários dispositivos são previstos para a transição gradual do Fundef para o Fundeb: o valor da complementação da União, de R\$ 2 bilhões, no primeiro ano, para R\$ 4,5 bilhões, no quarto ano; a destinação dos percentuais dos impostos, até atingir 20% no quarto ano; e a consideração das novas matrículas, além das do ensino fundamental, no montante de 25% a cada ano.

108 – DEFENDEMOS:

- A** – mais verbas para a educação;
- B** – revogação da lei de Marta Suplicy que reduziu as verbas da educação de 30% para 25%;
- C** – verbas públicas exclusivamente para a escola pública estatal;
- D** – o cumprimento dos artigos 70 (com exclusão no inciso V) e 71 da LDB, que definem quais as despesas que são consideradas ou não com manutenção e desenvolvimento do ensino;
- E** – aprovação de lei que puna, com a perda imediata do mandato, aquele que incluir despesas de previdência, saúde, segurança, administração e cultura como gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- F** – a constituição de comissão municipal para controlar e fiscalizar receitas destinadas à educação com a participação das entidades de classe, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, por meio de processo eletivo;
- G** – a transferência periódica, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), dos recursos vinculados para a conta da educação, sendo as verbas geridas pela SME;
- H** – não ao projeto do Fundeb do governo Lula;
- I** – fim do veto dos 7% do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação;
- J** – ampliação para 10% do PIB para investimentos em educação.

QUESTÃO SALARIAL

109 – A lei aprovada em fevereiro de 1995 prevê reajustes quadrimestrais, nunca interiores ao índice de inflação acumulado no período, desde que as despesas com pessoal não excedam 40% das receitas correntes líquidas da Prefeitura.

110 – A inexistência de reajustes e as perdas salariais e do poder aquisitivo de todos têm sido o resultado desta política, disposta na lei aprovada durante o governo Maluf e mantida por todos os prefeitos que o sucederam.

111 – Com os descontos previdenciários a PMSP tem feito economia com o recolhimento da contribuição previdenciária, esta política tem de ser revista, posto que as despesas com pessoal aposentado, com o tempo, serão cobertas pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

112 – Além dessa política, que não permite reposição ou aumento real de salários, a administração municipal vem negando o cumprimento de “obrigação de fazer” no caso daqueles que ganharam a ação dos 81% e tiveram, no decorrer do processo alteração de Controle de Lotação (CL) por força de concurso de ingresso.

113 – A Prefeitura alega que ao mudar de cargo o servidor perde o direito de receber o reajuste dos 81%. O Departamento Jurídico do SINPEEM tem recorrido contra esse entendimento e obtendo alguns êxitos. No entanto, não podemos fixar a nossa luta somente nos processos jurídicos para o restabelecimento da isonomia e valorização dos salários de todos os profissionais de educação.

114 – DEFENDEMOS:

- A** – alteração da lei salarial da Prefeitura de São Paulo, que limita os gastos com a folha de pagamento em 40% das receitas orçamentárias, exigindo que qualquer reposição do índice inflacionário do quadrimestre anterior só pode ser pago integralmente. Mesmo que a Prefeitura queira aplicar parte da inflação não poderá;
- B** – fim da política de gratificações;
- C** – aumento real de salário e reposição das perdas;
- D** – valorização da carreira;
- E** – valor igual da GDE também para os profissionais de CEIs;
- F** – valorização do quadro de apoio;
- G** – isonomia entre ativos e aposentados;
- H** – cumprimento da lei que determina o pagamento da cesta básica;
- I** – módulo completo de profissionais em todas as unidades, por concurso;
- J** – fim das privatizações e terceirizações;
- K** – redução do número de alunos por sala de aula;
- L** – manutenção das salas de leitura e de informática educativa dentro do horário regular do aluno;

- M** – revisão dos critérios utilizados para evolução funcional do quadro de apoio;
- N** – convocação dos professores aprovados em concurso para escolha de cargos;
- O** – isonomia de direitos entre os agentes de apoio lotados nos CEIs e o quadro de apoio;
- P** – realização imediata de concurso para cargos do quadro de apoio;
- Q** – direito de recesso e de férias coletivas para os profissionais dos CEIs;
- R** – direito de bolsa para curso superior para todos os profissionais de educação;
- S** – piso salarial do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para jornada básica no início da carreira, refletindo nas demais jornadas;
- T** – piso do Dieese para o quadro de apoio (40 horas);
- U** – redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários;
- V** – plano de restabelecimento da isonomia salarial, com extensão dos ganhos judiciais para todos os profissionais da educação;
- X** – reconhecimento do direito de ganho da ação dos 81%, por parte da Prefeitura, para os servidores que mudaram de CL, considerando o ganho para o servidor e não para o cargo, cumprindo a “obrigação de fazer”, a qual define que a Prefeitura deve fazer o pagamento e corrigir o padrão do servidor.

QUESTÃO FUNCIONAL

115 – Defender os direitos dos trabalhadores é e sempre será a bandeira de luta do Sinpeem. Com o processo de globalização da economia mundial, o papel do Estado foi minimizado: as estatais são privatizadas e os direitos sociais são duramente atingidos pelas políticas neo-liberal. O ataque sistemático aos servidores leva à desestruturação dos serviços públicos e todos os nossos direitos são ameaçados ou simplesmente revogados. Os diversos governos tentam convencer a sociedade de que somos privilegiados e, nessa linha, nos tornam os grandes vilões da história.

116 – Os servidores do município de São Paulo, em particular os profissionais de educação, têm resistido com muita luta na defesa de seus interesses. Por isso, devemos ter claro que a nossa luta é muito maior do que a legítima defesa dos nossos direitos corporativos, porque só uma ampla luta política contra a desestruturação do Estado brasileiro consolidará as nossas vitórias.

117 – A redução da demanda de Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem criado uma grande preocupação entre os profissionais de educação, pois tem provocado fechamento de salas, com a redução de jornadas. Além desse processo já esperado, há um propósito da atual administração em ajustar as unidades de ensino em dois turnos diurnos. Esse é um debate ao qual não podemos nos omitir.

118 – As duas questões nos remetem a discutir novas formas de desenvolvermos nossas atividades sem prejuízo do acúmulo de cargos.

119 – DEFENDEMOS:

- A** – a democratização das relações de trabalho;
- B** – a manutenção dos nossos direitos funcionais.

QUADRO DE APOIO

120 – A participação do quadro de apoio nas lutas do SINPEEM é significativa e o sindicato tem investido em sua organização, mediante formação com cursos e seminários específicos, realizados tanto no Centro de Formação como nas subsedes, além do encontro anual em Ibiúna (SP), com dispensa de ponto.

121 – A participação política do quadro de apoio tem se destacado nas assembleias, nas reuniões de representantes, nas paralisações, manifestações, nas greves e com representação eleita para o Conselho Geral.

122 – A evolução funcional do quadro de apoio não veio da forma que queríamos, mas estamos debatendo com a Prefeitura as modificações que desejamos. Outro aspecto que temos discutido muitos nos eventos que realizamos para o quadro de apoio é a nossa luta contra a discriminação desse segmento em muitas escolas.

123 – Os profissionais do quadro de apoio tem sofrido na gestão Serra/Kassab com um novo ataque com a utilização equivocada da lei que instituiu os Planos de Cargos Carreiras e Salários dos Agentes de Apoio, que prevê em um de seus artigos que o agente de apoio que tiver qualquer evolução na carreira deixa de receber os ganhos judiciais. Ora, essa lei não diz respeito ao quadro de agentes escolares que não fizeram opção por novo quadro. A administração municipal entende que quando o agente escolar tiver tido evolução funcional deixa de ter o direito ao reajuste. Assim ocorre com os auxiliares técnicos educacionais (ATEs I e II) que prestaram concurso de ingresso para proverem os atuais quadros e, como consequência, mudaram de CL e, por esta razão entende

a Prefeitura que deixam de ter direito ao reajuste por ação judicial. Posição esta que não aceitamos.

124 – Nosso Departamento Jurídico vem atuando com rigor nesta situação e oficiamos a Administração Pública Municipal para que reconhecesse que estão aplicando de forma errônea a Lei e este assunto tem sido debatido em mesa de negociação.

125 – DEFENDEMOS:

- A** – criação de uma política de trabalho de formação continuada para o quadro de apoio;
- B** – complementarão de escolaridade sob responsabilidade do governo;
- C** – garantia de substituição nas licenças do quadro de apoio;
- D** – incorporação dos vigias escolares no QPE
- E** – sala para o quadro de apoio em todas as unidades de trabalho, com infra-estrutura adequada;
- F** – fortalecimento da organização do quadro de apoio;
- G** – realização urgente de concursos para o quadro de apoio e fim das terceirizações;
- H** – continuação da luta pelo enquadramento dos profissionais dos CEIs no quadro de apoio;
- I** – modificação dos critérios para evolução funcional do quadro de apoio, com a utilização de duas tabelas: por tempo ou por títulos.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

126 – Os problemas em relação ao atendimento no Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) são apontados sistematicamente pelo SINPEEM.

127 – As consultas médicas são marcadas com longa data de espera, sendo que em alguns casos, o servidor precisa recorrer a médicos particulares. O mesmo ocorre com o Departamento de Saúde do Servidor (DSS), que deveria ser um instituto preocupado não só com a perícia médica, mas também com a prevenção de doenças que acometem os trabalhadores.

128 – Os profissionais da educação, por exemplo, apresentam um perfil de doenças que muitas vezes os levam à readaptação funcional e ou à aposentadoria. Transtornos psiquiátricos (incluindo a depressão e a síndrome do pânico), da voz e dos sistemas osteomuscular, cardiocirculatório e gastrointestinais, além dos diversos tipos de alergias são as doenças que mais levam estes profissionais a licenças médicas contínuas, resultado da falta de preocupação do Poder Público em investir em prevenção de doenças do trabalho.

129 – DEFENDEMOS:

- A** – investimento na proteção da saúde destes profissionais e na prevenção e no diagnóstico e tratamentos precoces destes agravos;
- B** – descentralização do atendimento médico ambulatorial e com especializações, facilitando o agendamento de consultas e exames;
- C** – modernização e ampliação da aparelhagem de exames por imagem e exames laboratoriais;
- D** – estender o atendimento aos filhos de servidores, independentemente da idade, com deficiências físicas, mentais, auditivas e oftalmológicas;
- E** – facilitação no agendamento de consultas e exames;
- F** – contratação por concurso de profissionais das diversas áreas da saúde para um melhor atendimento dos servidores e seus dependentes;
- G** – criação de equipes de multidisciplinares para atendimento domiciliar daqueles que estiverem impossibilitados de locomoção.

QUESTÃO RACIAL

130 – A política de ação afirmativa, ou política de discriminação positiva, entrou em pauta no cenário nacional a partir do momento em que o governo federal assumiu perante a comunidade internacional em 2001, durante a Conferência Internacional Contra Racismo, Discriminação e Intolerância Correlatas, em Durban, na África do Sul.

131 – Em território africano, o Brasil assumiu internacionalmente uma posição oficial do reconhecimento da existência de discriminação e racismo contra a população negra brasileira, acabando com o título que o país detinha desde a década de 30, com o chamado mito da “democracia racial”. É necessário reafirmar que o Estado brasileiro enquanto instituição e não simplesmente enquanto governo, assumiu juridicamente, diante dos órgãos internacionais, promover políticas por meios de formas variadas, com prerrogativas de eliminação da discriminação racial, da exclusão e do alijamento dos negros do processo produtivo, educacional e social

brasileiro, tendo como conseqüência abordar com o conjunto da sociedade a equiparação dos direitos constitucionais aos direitos substanciais internacionais.

132 – Não causa estranheza o fato de a opinião pública como um todo desconhecer esse tema das reparações, uma vez que as práticas discriminatórias há muito tempo estão enraizadas na sociedade brasileira e sempre transcorreram aos olhos dos opressores de forma natural. Há uma enorme resistência por parte dos opositores, principalmente da elite detentora dos privilégios econômicos e sociais.

133 – As múltiplas formas de implementação de políticas públicas para igualdade em prol da comunidade negra brasileira foram diversamente combatidas e resumidas a uma única discussão no cenário publicitário com a idéia simplista das cotas nas universidades públicas.

134 – Cabe salientar que esse tema transcendental das políticas afirmativas não se limita a políticas de cotas, com reserva de vagas nas universidades públicas.

135 – Deve-se ressaltar a importância de que as cotas nas universidades fazem parte das atividades de políticas afirmativas ou discriminação positiva ou ação positiva. Mas se faz necessário entender que as cotas são um meio e não um fim. Desse modo, as cotas propostas representam aparências e não retratam a sua essência como um todo, que visam propiciar o maior acesso de negros, não só ao ensino superior como também abolir os privilégios enraizados na hierarquização das classes sociais brasileira.

136 – Diante desse histórico, vale a pena ressaltar que as políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia anti-racista no mundo. As experiências mais destacadas foram implementadas nos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, entre outros, como forma de políticas compensatórias. As políticas afirmativas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens ocorridas com as vítimas do racismo e outras formas de discriminação.

137 – O processo evolucionista da cidadania resultou no surgimento de diversas formas jurídicas na esfera do direito humano internacional, implementado por políticas públicas de apoio a promoção de determinados grupos socialmente flagelados decorrentes de ações de cunho racial. Dessa forma, conclui-se que a concepção liberal de igualdade, que singulariza o indivíduo na sua abstração, entende-se pela subjetividade privada. Neste sentido, o direito passa a percebê-lo e ser tratado em sua especificidade como ser dotado de caracteres singulares. Os grupos específicos serão alvos de novas políticas sociais, que têm por objetivo as tentativas de concretização da promoção da igualdade substancial, materializado sob denominação de ação afirmativa.

138 – Historicamente, no Brasil as estatísticas revelam o agravamento do quadro social, em que a maioria da população negra encontra-se na extremidade da pirâmide social. O parecer do Conselho Nacional de Educação tem como propósito específico a regulamentação e a alteração da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal, em seus Artigos 5, I; 210; 206, I; 1º de Art. 242, Artigos 215 e 216, bem como os Artigos. 26, 26A e 79B da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todo o povo brasileiro.

139 – É importante salientar que tais políticas foram sancionadas durante a gestão do governo Lula e todos os dispositivos legais, bem como as reivindicações e proposta do Movimento Negro, após a indicação de um membro para o Conselho Nacional de Educação, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, com excelente trabalho de relatora do Parecer nº 003/20003 (CNE/CP).

140 – O Parecer tem como conseqüência oferecer uma resposta às políticas assumidas internacionalmente durante a Conferência Internacional em Durban, entre outras políticas, propõe propiciar na área da educação políticas de reconhecimento e valorização da história, cultura, identidade da população afrodescendente. São políticas curriculares, fundadas em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, que visam combater o racismo e a discriminação que atingem particularmente os estudantes negros. Nessa perspectiva, propõe a divulgação e a produção de conhecimento, que visa retratar, de fato, a postura e valores que eduquem os jovens cidadãos ao pertencimento étnico-racial descendentes de africanos, indígenas, europeus, asiáticos, para interagirem na construção de uma nação democrática, justa para que todos tenham oportunidades de direitos iguais.

141 – O SINPEEM, que historicamente tem questionado a estrutura social hierarquizada, as relações de desigualdade seculares em nosso país, os critérios de exclusões, fundados em preconceitos e manutenção de privilegiados, reconhece e exige que se questionem as relações educacionais étnico-raciais e que o ensino

brasileiro, de fato, assuma estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim superar a desigualdade étnica racial presente nas várias instâncias da educação brasileira.

142 – DEFENDEMOS:

- A** – contra a privatização do conhecimento público;
- B** – aumento de vagas das universidades públicas;
- C** – ampliação de cursos no período noturno, que visem beneficiar alunos negros de baixa renda;
- D** – que o SINPEEM faça uma ampla discussão sobre o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial;
- E** – pressionar o governo municipal a cumprir a Lei nº 10.639/2003, referente à introdução da cultura afro-brasileira no currículo do sistema municipal de educação.

BALANÇO DA ATUAÇÃO SINDICAL

143 – O SINPEEM sempre esteve no centro da luta por melhores condições de trabalho, salários e educação de qualidade.

144 – Iniciamos o ano de 2006 em meio às mudanças na organização das escolas e do ensino, implementadas pela Secretaria Municipal de Educação, com os programas “São Paulo é uma escola” e “Ler e escrever”.

145 – Implantados, mais com o intuito de atender à agenda do ex-secretário da Educação, desconsiderou a necessidade de construção coletiva, com a participação dos profissionais de educação, e infra-estrutura e logística necessárias, causando um verdadeiro caos na rede.

146 – Nossa reação foi imediata e construída a partir do debate e das decisões, aprovadas nas instâncias do sindicato.

147 – Iniciado o ano letivo, imediatamente convocamos e realizamos reunião com os representantes sindicais, eleitos nos diferentes períodos das unidades da rede de ensino.

148 – Por unanimidade, 3,2 mil representantes aprovaram, na primeira reunião de 2006, a necessidade de organizar a luta contra o desmonte das salas de leitura e de informática e a implantação do pré e pós-aula, aspectos mais evidentes, mas não únicos, dos efeitos negativos da política implantada pela Prefeitura.

149 – Aprovamos, também, que as reivindicações referentes à melhoria salarial e condições de trabalho e aplicação e ampliação de direitos funcionais deveriam ser encaminhadas simultaneamente.

150 – As reivindicações, as formas de luta e de organização, aprovadas a partir desta reunião, com a ratificação da assembléia geral que realizamos, deram início à nossa Campanha 2006, com as seguintes etapas:

- A** – entrega da pauta de reivindicações ao governo, no início do mês de março;
- B** – realização da primeira manifestação, exigindo resposta às nossas reivindicações;
- C** – paralisação de um dia e manifestação, com realização de Assembléia Geral, em frente à Secretaria Municipal de Gestão;
- D** – debate nas escolas e atos regionais, preparatórios para o início da greve;
- E** – decisão de realização da greve, por tempo indeterminado, a partir do dia 28 de abril, em função da intransigência do governo, que afirmava não ter nenhuma proposta a apresentar para a categoria.

GREVE DE 16 DIAS E MANIFESTAÇÕES QUE PARARAM A CIDADE

151 – Apesar de todas as pressões do governo e das críticas de grande parte da imprensa contra o nosso movimento, taxando-o de “corporativo e contra a melhor proposta já apresentada para que os alunos tivessem a oportunidade de ter mais tempo na escola e, assim, melhorar a educação a eles oferecida”, realizamos um dos maiores movimentos em greve da nossa categoria.

152 – As manifestações contaram com milhares de participantes e ganharam os noticiários, apesar da má vontade em dizerem o real sentido da nossa luta e o conteúdo do que reivindicávamos.

153 – O governo se manteve intransigente, por quase todo o tempo. Afirmava que não mudaria uma só linha da sua política educacional e que não tinha nenhuma resposta às nossas outras reivindicações.

154 – O prefeito José Serra deixou o cargo sem nenhuma resposta à categoria, no mesmo dia em que

realizamos uma grande manifestação em frente ao seu gabinete. Mais uma vez, o governo se recusou a apresentar qualquer proposta e demonstrou que trataria o movimento de forma dura e intransigente.

155 – Com o crescimento do movimento, em particular após a maior manifestação de todo o período de greve, realizada no dia 7 de abril, na avenida Paulista, o governo apresentou a proposta de pagar a primeira parcela da Gratificação de Desenvolvimento Educacional (GDE), no mês de julho, mantendo ainda sua posição de não debater nem alterar o programa “São Paulo é uma escola”.

GOVERNO INICIA A PERSEGUIÇÃO

156 – Diante da determinação da categoria, o governo iniciou o processo de intimidação. No mesmo dia em que realizamos a maior de todas as manifestações, determinou que as escolas deveriam refazer a folha de pagamento, apontando todas as faltas da greve.

157 – Apesar da brava resistência de muitos diretores, essa pressão acabou provocando o retorno ao trabalho de milhares que estavam em greve.

158 – Ainda assim, a participação nas manifestações foi grande e a decisão de continuidade da greve demonstrou o espírito de luta e a revolta da categoria diante da intransigência do governo.

REUNIÃO DE REPRESENTANTES REGISTRA QUEDA NA PARTICIPAÇÃO E DIFICULDADES PARA A CONTINUIDADE DA GREVE

159 – Em greve, realizamos a reunião ordinária de representantes de escolas, no dia 11 de abril, véspera da assembléia geral. A preocupação com a queda nos índices de participação, o fechamento da folha de pagamento com apontamento das faltas, o período de duração da greve e a proximidade de um feriado prolongado, foram aspectos apresentados pela ampla maioria dos presentes, que também indicaram a necessidade de debater a suspensão do movimento, desde que garantido o pagamento dos dias parados.

ASSEMBLÉIA DECIDE SUPENDER A GREVE E CONTINUAR A LUTA

160 – Não foi decisão fácil, mas necessária, diante das evidências de que tínhamos um movimento com menor participação, na semana seguinte ao dia 12 de abril, em particular pelo fato de o governo ter condicionado o pagamento dos dias parados e a continuidade das negociações sobre nossas reivindicações salariais ao retorno ao trabalho.

161 – Na mesma ocasião, assumiu que pagaria a primeira parcela da GDE, no valor de R\$ 400,00, iniciaria a discussão sobre o programa “São Paulo é uma escola” e a logística das escolas.

162 – Com as indicações de queda na participação da categoria na greve pelos representantes de escolas e também por todos os membros da Diretoria, que haviam se reunido pela manhã para discutir os encaminhamentos para a assembléia geral, foi apresentada a proposta de suspensão da greve.

DEBATES E DECISÃO DEMOCRÁTICA

163 – É natural que um movimento com a intensidade e participação que realizamos tenha leituras e avaliações de suas possibilidades distintas, nos mais diferentes momentos de seu desenvolvimento. Quando iniciar e quando suspender são decisões difíceis. Dividem opiniões, envolvem razão e emoção, como todas as decisões importantes.

164 – Assim ocorreu na assembléia que decidiu pela suspensão da greve e continuidade da luta. No entanto, ninguém pode dizer que a decisão ocorreu por vontade ou imposição de uma só pessoa. As defesas pela continuidade e pela suspensão foram apresentadas e, ao final, postas em votação. Diante da dúvida: defesas e nova votação. Aprovada a suspensão da greve, alguns reagiram com violência, revelando despreparo e desrespeito à decisão da maioria.

MOVIMENTO TEVE VITÓRIAS IMPORTANTES

165 – Garantir com o movimento o pagamento dos dias parados e nenhuma punição aos participantes é vitória política e afirmação do direito de greve.

166 – Fazer com que outras entidades de servidores se rendessem, após tudo que fizeram e todos os argumentos contrários que utilizaram contra a greve, até serem, por pressão de seus associados, a participarem, é resultado da força do movimento e vitória política e organizativa.

167 – Conseguir paralisar as ações relativas à execução do programa “São Paulo é uma escola” não pode ser considerada derrota. Muito pelo contrário, é o alcance de um dos principais objetivos aprovados pela categoria, quando iniciou o movimento.

168 – O retorno da sala de leitura e informática, para o horário regular, com o acompanhamento do professor da sala, só foi possível, com a nossa luta, bem como as outras medidas, que indicam um claro recuo na implantação do Programa “S. Paulo é uma escola”.

169 – A não-apresentação de respostas às reivindicações econômicas durante a greve deixa claro que esse objetivo não foi alcançado. No entanto, avaliar o resultado da greve só por esse aspecto e dizer que fomos derrotados só favorece aos que dizem que lutar não vale a pena, mas quando avaliam outras lutas como a dos metroviários, dizem que eles apontam o caminho ao fazerem a luta contra a privatização.

SINPEEM CONTINUOU ORGANIZANDO A RESISTÊNCIA E A LUTA UNITÁRIA DOS SERVIDORES

170 – Apesar das inúmeras dificuldades decorrentes de diferenças de concepção sobre o papel que deve ter os sindicatos e de como realizar as lutas, o SINPEEM busca, de forma sistemática, unir as entidades.

171 – Após a suspensão da greve, reunimos as entidades da educação e demais representações de servidores para debater e aprovar uma pauta comum de reivindicações e de ações conjuntas para pressionar o governo.

172 – A proposta salarial apresentada pelo governo contou com posicionamento contrário de todas as entidades da educação, num esforço de construção desse posicionamento pelo SINPEEM.

SINPEEM SE CONSOLIDA COMO ENTIDADE DEMOCRÁTICA, INDEPENDENTE E DE LUTA

173 – A par de todas as avaliações que se possa fazer sobre os resultados alcançados com a greve e com as nossas outras ações, neste e em anos anteriores, podemos afirmar que o SINPEEM é um sindicato organizado, democrático, independente e de luta.

174 – Nos últimos anos, todas as lutas por serviço público e educação de qualidade para todos, valorização salarial, realização de concursos e posição contrária às privatizações e terceirizações têm ocorrido por meio do nosso sindicato.

MUITOS DESAFIOS PELA FRENTE

175 – Fortalecer o SINPEEM como instrumento de luta dos profissionais de educação, dos servidores públicos e demais trabalhadores é tarefa de todos que têm consciência da necessidade de se obter conquistas e mudanças estruturais.

176 – Nesse momento, temos de debater e nos preparar para resistir e avançar em questões como organização do ensino, organização e funcionamento das escolas, carreira, jornada profissional, política salarial e previdência.

177 – Para tanto, acreditamos que é errado ignorar os avanços e conquistas que temos alcançado. Por conseqüência, e diante das tarefas que temos, também é errada qualquer atitude de acomodação ou apatia.

178 – Com todos os problemas decorrentes também de uma situação política geral, extremamente adversa para os trabalhadores, temos de considerar que o balanço da nossa atuação é positivo.

A DIRETORIA

ANOTAÇÕES



SINPEEM
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP